

Accountability educacional "à venda" na formação continuada de gestores escolares em Pernambuco¹

Anderson Gonçalves Costa (UFPE)
E-mail: anderson.gcosta@ufpe.br

Ana Lúcia Félix dos Santos (UFPE)
E-mail: ana.fsantos@ufpe.br

Paulo Bruno José Ferreira de Brito (UFPE)
E-mail: paulo.fbrito@ufpe.br

Introdução

Este texto resulta da pesquisa em rede "*Dispositivos de inovação e fortalecimento das políticas de accountability educacional: uma análise do Nordeste brasileiro*". Nele, buscaremos evidenciar a política de formação de gestores escolares de Pernambuco promovida pelo Programa de Formação de Gestor Escolar (PROGEPE) desde 2012. Este, por sua vez, está no bojo do Programa de Modernização da Gestão – Metas para Educação (PMGE-ME), instituído em 2007, no primeiro ano do governo de Eduardo Campos.

Desde então, as mudanças na política educacional do estado promoveram a incorporação de dispositivos de *accountability*, tais como o Sistema de Avaliação Educacional de Pernambuco (SAEPE), o Índice de Desenvolvimento da Educação de Pernambuco (IDEPE), o Bônus de Desempenho Educacional, o Pacto Pela Educação, entre outros.

Nesta pesquisa, de natureza qualitativa baseada em análise documental, buscaremos analisar o PROGEPE como um instrumento de política pública desenvolvido para comunicar um modelo de

¹ Financiado pelo Programa de Bolsas de Pós-Graduação da FACEPE.

accountability a agentes que são peças-chaves na operacionalização das políticas no âmbito da escola: os gestores escolares.

O PROGEPE e a promoção da *accountability* educacional

O PROGEPE surge em 2012 como instrumento principal da política de formação continuada de diretor escolar em Pernambuco. De acordo com o Decreto nº 38.103, de 25 de abril de 2012, sua finalidade é desenvolver ações “diagnósticas, formativas e avaliativas”, contribuindo para a formação de líderes escolares que contribuam com a melhoria da qualidade da educação (PERNAMBUCO, 2012b). Essas lideranças, portanto, devem participar de um programa cujo fulcro é transmitir a estratégia que o estado adotou para melhoria da educação pública, entre os quais destacaremos a *accountability* educacional.

Para instituir um programa de *accountability* é preciso convencer, persuadir os envolvidos sobre os supostos benefícios desse tipo de programa. Entendemos que ao colocar os gestores escolares como foco do programa, pois são eles que conduzem o trabalho na escola, o governo segue a cartilha neoliberal das reformas educacionais:

Finalmente, deve haver capacidade e vontade política para explicar e “vender” o programa – o que inclui o envolvimento de professores e diretores de escolas em sua concepção e implementação – e monitorar o progresso e fazer mudanças e adaptações durante o processo de implementação. De todos os programas de reforma, a responsabilização pode exigir as explicações mais claras e persuasivas e os esforços de implementação mais inteligentes e diligentes (MCMEEKIN, 2006, p. 42, tradução nossa).

O PROGEPE é um aliado nessa necessidade de ‘vender’ as ideias de *accountability*. Aqueles que pretendem ocupar a função de gestor escolar são obrigados a participar do curso de aperfeiçoamento e obter a certificação. Os conteúdos são claramente vinculados a uma defesa da proposta de *accountability* e do modo gerencial de governar. Como exemplo, podemos citar o Módulo XII do Curso de

Aperfeiçoamento cuja temática é *Políticas de Responsabilização Educacional* e debate os seguintes temas: Políticas de Responsabilização Educacional: a modernização da gestão pública como condição para *accountability*; Resultados em Pernambuco; Experiências no Brasil; O contexto internacional.

Os documentos que compõem os módulos desse curso mereceriam uma abordagem mais detalhada, o que não é possível dados os limites do trabalho. No entanto, cabe destacar a passagem que abre a apresentação do caderno desse Módulo XII, quando trata de estratégias de *accountability* incorporadas ao modelo de gestão pública de Pernambuco, sob o argumento da transparência, da qualidade e do controle social, o que exige a reorganização da Secretaria da Educação, em termos de estrutura organizacional, processos e resultados (PERNAMBUCO, 2012a).

Na continuidade do documento surge uma discussão sobre o conceito de *accountability* entendido como responsabilidade objetiva ou obrigação de responder por algo (CAMPOS, 1999), mas ocorrendo uma confusão quando se vincula esse conceito a mecanismos de gestão escolar democrática, conforme o trecho:

“[...] as estratégias de responsabilização (*accountability*) trazem implícitos os mecanismos de uma gestão escolar democrática e participativa. Ao estabelecer metas anuais por escola [...] tornou possível o conhecimento dos resultados das escolas [...] ampliando os espaços de participação de todos na tomada de decisão do processo administrativo e do planejamento pedagógico escolar (PERNAMBUCO, 2012a, p. 7).

No entanto, não é verdade que “ter acesso aos resultados” é uma forma de participação na tomada de decisão do processo administrativo e do planejamento pedagógico escolar. Pesquisas têm evidenciado que o projeto pedagógico da escola vem se vinculando muito mais ao termo de compromisso e ao atendimento de metas do

Idepe, sem muitas possibilidades de intervenção da comunidade (LINDOSO; SANTOS, 2020).

Desde sua primeira edição em 2012, o curso de aperfeiçoamento foi ofertado em outras duas ocasiões: 2017 e 2019. A partir da análise dos títulos dos módulos do curso é possível perceber a centralidade de conteúdos voltados para as práticas gerenciais inerentes a reforma da gestão educacional. É como se o campo semântico dos conteúdos escolhidos a cada edição fosse se alterando.

Em 2012, aspectos pedagógicos eram mais recorrentes, como: *A contribuição dos órgãos colegiados na melhoria da Aprendizagem dos estudantes; O impacto da neurociência em sala de aula; Projeto Político Pedagógico*. Esses módulos foram dando espaço a outros, a citar: *Gestão Pública, Planejamento estratégico e Gestão por resultados na educação*. O mais intrigante, no entanto, é o desaparecimento do termo *gestão democrática*. Na edição de 2012 havia o módulo *Gestão democrática, instrumentos de gestão e diálogo com a comunidade*; na versão de 2017: *Gestão democrática e participativa*; em 2019, temos *gestão pública, gestão de pessoas, gestão por resultados, gestão de patrimônio, gestão escolar*, sem menção à *gestão democrática*.

Essa observação encontra reflexo no trabalho de Ferreira (2016) ao constatar na sua pesquisa que, embora importante para o aprimoramento da gestão escolar, não há evidências de que o PROGEPE implique na excelência no ensino da rede estadual, trata-se, antes, de um modelo que impõe limites e não se confunde com a gestão democrática. Por sua vez, Maranhão (2017), identificou que as formações continuadas não ocorrerem em consonância com as demandas. Essa seria uma das questões emergenciais neste momento, tendo em vista que já são alguns anos do PROGEPE e a lacuna, das formações, vai desmotivando o público participante.

Considerações Finais

Os apontamentos realizados evidenciam que o PROGEPE tem suas bases conceituais no gerencialismo, seu conteúdo é voltado a práticas gerenciais orientadas para os resultados aferidos nas avaliações externas, alinhado, especialmente, com a estratégia macro da estrutura governamental, cumprindo, assim, seu papel de “vender” a ideia de *accountability* àqueles(as) que estão sujeitos a ela.

Referências

CAMPOS, A. M. Accountability: quando poderemos traduzi-la para o português? **Rev. Adm. públ.**, v. 24, n. 2, p. 30–50, 1990.

FERREIRA, R. N. **Políticas de Formação Continuada de Gestores Escolares**: um estudo do Programa de Formação de Gestores de escolas estaduais de Pernambuco (PROGEPE). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2016.

LINDOSO, R. C. B.; SANTOS, A. L. F. Política educacional de Pernambuco, regulação e gerencialismo: criando nexos psicofísicos para modificar o trabalho docente. **Germinal**, v. 12, n. 3, p. 536–548, 2021.

MARANHÃO, I. M. L. **O curso de formação de gestores escolares de Pernambuco (PROGEPE) e a qualidade da educação da rede estadual de ensino**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2017.

MCMEEKIN, R. W. Hacia una comprensión de la accountability educativa y cómo puede aplicarse en los países de América Latina. In: CORVALÁN, J.; MCMEEKIN, R. W. (orgs.) **Accountability educacional**: posibilidades y desafíos para América Latina a partir de la experiencia internacional, 2006.

PERNAMBUCO, Curso de Aperfeiçoamento em Gestão Escolar: **Módulo XII - Políticas de Responsabilização Educacional**. Recife: Secretaria de Educação do Estado do Pernambuco, 2012a.

PERNAMBUCO. **Decreto nº 38.103, de 25 de abril de 2012b**. Regulamenta os critérios e procedimentos para realização de processo de seleção para função de representação de diretor escolar e diretor adjunto das escolas estaduais.